

# Diálogos Complexos

Olhares de **mulheres**  
sobre o **Buen Vivir**





## O diálogo como prática política

*Lilián Celiberti*

Há 10 anos, a Articulação Feminista Marcosul tem se envolvido na construção do Fórum Social Mundial (FSM) como espaço de encontro e de diálogo entre movimentos sociais. Isto nos convoca a avançar na construção de novos olhares alternativos ao capitalismo no terreno político, econômico, cultural e social. Para desenvolver novas culturas políticas, é necessário fazer da análise crítica uma prática cotidiana e, ao mesmo tempo, alargar a capacidade de diálogo entre diversos atores e subjetividades de uma forma plural, respeitosa e profunda, sem menosprezar o debate político de fundo.

Com o interesse de aprofundar em alguns dos debates políticos da América Latina, caracterizado, entre outras questões pela emergência e o protagonismo dos povos indígenas e sua proposta do “Bom Viver/Viver Bem”, que tem se incorporado como premissas nas Constituições do Equador e da Bolívia, propusemos organizar um diálogo para analisar significados e propostas desde um olhar das mulheres.

A concepção do “Buen Vivir” forma parte da proposta dos povos indígenas em resposta à crise sistêmica do capitalismo, caracterizada por uma crise financeira, alimentícia, energética e ambiental que numerosos atores/atrizes identificam como “crise civilizatória”. Esta proposta impugna explicitamente “os paradigmas dominantes, que concebem ao indivíduo como o único sujeito de direitos e obrigações” e propõe o suma qamaña (aimará) ou sumak kawsay (quíchua) traduzidos como “Viver bem”. A democracia representativa é contraposta à democracia comunitária.

Como constroem as mulheres indígenas a perspectiva do “Buen Vivir”? Que tensões e diferenças existem entre as experiências sociais das mulheres urbanas, mestiças e indígenas? Como se interpelam as construções essencialistas? Como dialoga a concepção de democracia radical com a da democracia comunitária?

## As disputas interculturais: descolonização do poder

A emergência dos povos indígenas e afro-descendentes no cenário político da América latina nos enfrenta a uma primeira questão significativa: como fazer com que imaginários em disputa construídos por diferentes atores/atrizes em suas lutas consigam dialogar e como fazer desse diálogo um campo de práxis política que permita incorporar e/ou dismantelar imaginários colonizados. A diferença do movimento de mulheres, que desde um princípio demanda a inclusão no Estado-Nação, os povos indígenas e afro-descendentes demandam a conceitualização da nação mesma. Ao exigir direitos especiais de auto-determinação grupal, concebem uma cidadania diferenciada, a qual questiona o conceito de nação etnicamente homogênea. (Safa 2008: 55)

*“Os povos indígenas originários do continente estão coadjuvando o processo de mudança e propondo um novo desenho institucional para novos estados que reconheçam a diversidade cultural e promovam a convivência entre todos os seres da natureza”.* (CAOI, 2010)

As reformas constitucionais no Equador e na Bolívia representam hoje na América latina um forte sinal na perspectiva de mudança dos paradigmas que põe em primeiro plano do debate a descolonização do poder. Este ponto de partida e de ruptura tem para Boaventura de Sousa Santos um caráter experimental: *“Assumir o provisional e o transitório e disputar a cada momento o sentido histórico de seu desenvolvimento é o que chamo de o Estado experimental. No caso boliviano e equatoriano o experimento envolve tanto ao Estado da plurinacionalidade quanto a plurinacionalidade do Estado”.* (Santos, 2010: 110)

O caráter experimental das mudanças reconhece o conflito implícito na construção de uma nova institucionalidade que constitua uma alternativa ao Estado nacional. Segundo Aníbal Quinano, não é casual que a resistência ao colonialismo do poder global surja na América latina, já que *“América latina e a população ‘indígena’ ocupam um lugar basal, fundante, na constituição e na história da Colonialidade do Poder. Dali, seu atual lugar e o papel na subversão epistêmica/teórica/histórica/estética/ética/política deste padrão do poder em crise, implicada nas propostas da Colonialidade Global do Poder e do “Buen Vivir”<sup>1</sup> como uma existência social alternativa”.* (Quijano, 2010)

A evolução desta “transição paradigmática” depende de como desenvolvem-se os diferentes eixos conflitivos nos quais se expressa, tanto étnicos, regionais, culturais como de classe (Santos, 2010: 130). É um terreno de extrema complexidade, já que supõe pôr em jogo práticas políticas e institucionais novas, desenvolver uma capacidade crítica e fortalecer um amplo espectro de sujeitos políticos.

Com o protagonismo de novos sujeitos políticos surgem demandas e propostas que abrem a possibilidade de questionar radicalmente a colonialidade do poder e refundar o Estado. De Sousa Santos analisa sete dificuldades em relação com esta tarefa:

- 1) a dificuldade para refundar uma instituição que tem mais de trezentos anos;
- 2) o fato de que sua transformação supõe uma luta política, mas também uma social, cultural e subjetiva;
- 3) isso implica uma ampla aliança social;
- 4) ao ser uma demanda civilizatória requer uma pedagogia intercultural e políticas de reconhecimento;
- 5) não basta com a mudança política e institucional, se requer uma mudança das relações sociais, culturais e econômicas;
- 6) enquanto para alguns setores implica criar algo novo, para o movimento indígena supõe a recuperação de práticas e instituições locais próprias que têm sobrevivido no tempo;
- 7) a influência que tem no imaginário coletivo o fracasso do Estado dos Soviets e a sedução atrativa que exerce o estado do bem-estar impulsionado pela socialdemocracia.

Cada uma das dificuldades sinalizadas enfrenta dramaticamente a possibilidade de construir estratégias de longo prazo para consolidar as tendências abertas, mas uma análise mais detalhada excede o objetivo deste artigo.

---

Quijano em [www.paradigmasalternativos.org](http://www.paradigmasalternativos.org) sinala que “Bien Vivir” é, provavelmente, a formulação mais antiga na resistência “indígena” conta a Colonialidade do Poder. Foi, notavelmente, cunhada no Vicereinado do Peru, nada menos que por Guamán Poma de Ayala, aproximadamente em 1615, em sua Nova crônica e bom governo. Carolina Ortiz Fernández é a primeira em haver chamado a atenção sobre esse histórico fato em “Felipe Guaman Poma de Ayala, Clorinda Matto, Trinidad Henríquez e a teoria crítica. Seus legados à teoria social contemporânea”, em Yuyaykusun, nro 2, Universidade Ricardo Palma, dezembro 2009.

Gostaria de sublinhar uma dificuldade que atravessa a todas e que forma parte dos debates políticos cotidianos. A mesma consiste em que a proposta e o discurso que os líderes indígenas introduzem no debate, enfatiza uma totalidade do pensamento e da prática cultural contra outra totalidade, uma cultura indígena versus uma cultura ocidental. Ao enfatizar exclusivamente os aspectos positivos de suas culturas e sua relação com a natureza, corre-se o perigo, como sustenta Aída Hernández Castillo, de que *“o movimento mesmo cria o seu discurso e não enfrenta os problemas reais de antidemocracia, depredação ou violência que marcam a vida cotidiana de muitos povos indígenas”*. (Hernández Castillo. 2001: 217)

Também Silvia Rivera alerta acerca da necessidade de que, tanto no acionar estatal como na prática das organizações indígenas, expresse uma *“política da etnicidade”* capaz de apresentar alternativas para as mulheres. Do contrário, *“não bastarão os avanços conseguidos pelo reconhecimento do caráter multiétnico do país na Constituição Política do Estado e outras medidas conexas. Assim mesmo, enquanto as organizações indígenas não considerem como membros de seus povos e comunidades às migrantes que prestam serviços em condições degradantes nos lares das classes médias e altas urbanas, sua própria noção de direitos ficará limitada e fragmentada”*. (Rivera, 2004: 12).

## Imaginários em disputa

Apesar das significativas diferenças, os movimentos afro-descendentes, os povos indígenas, os feminismos e os movimentos da diversidade sexual conformam um campo de atores que desde sua prática política têm construído uma perspectiva política que se baseia na pluralidade de sujeitos e de agendas. Estas presenças, estes corpos e subjetividades conduzem a uma reflexão mais complexa e plural da realidade política e social e interpelam as concepções hegemônicas da representação.

Um horizonte de práticas alternativas e o diálogo entre elas têm alguns requisitos básicos: suspeitar das palavras e dos conceitos que temos aprendido; recuperar memórias e experiências consideradas marginais; transformar os conceitos e desenvolver uma capacidade autocrítica ou de olharmos a nós mesmos no ato de olhar aos outros/as.

A pergunta que devemos formular é se o nosso universo conceitual, o que aprendemos e construímos no processo de olhar nossa experiência como mulheres e pelo qual chegamos ao feminismo, resulta suficientemente permeável à hora de dialogar com outras cosmovisões e culturas. Dialogar significa um esforço teórico, político e pessoal que abre a possibilidade de construir outras categorias e outras abordagens, em ruptura com as formas hegemônicas de classificação. Para poder criar uma “pedagogia da alteridade”, como é chamada por Escobar, é necessário ver o/a outro/outra em sua radical diferença, sem pretensão de assimilação e/ou conquista.

Desde cada práxis política abrem-se terrenos de interpelação e disputa que geram novos interstícios e espessuras. O encontro de experiências políticas e práticas culturais subalternas é um campo de interação relativamente recente, que pode chegar a criar uma “*epistemologia de fronteira*” (Mignolo, 1999; Walsch, 2002), cuja originalidade consiste na diversidade e o cruzamento de várias filosofias.

Para desenvolver um pensamento de fronteira é necessário revisar conceitualmente as categorias e os mapas de estrada com os quais temos interpretado os problemas. A ação dos atores e atrizes em movimento constrói estes cruzamentos e produz conhecimentos fronteiriços.

## Campos de disputa

O movimento feminista, afirma Betânia Avila, “*não é um movimento que ordena, que centraliza, que define modelos a seguir. Pelo contrário, é um movimento que se abre, expande-se, às vezes de forma contundente (2006)*”. Desde estas premissas, é um movimento que questiona, interpela e disputa sentidos teóricos e práticos, políticos e epistemológicos. Por isto, a teoria feminista e, particularmente, o ativismo feminista está sempre em processo de revisão e ressignificação de conceitos e categorias.

---

2 A epistemologia de fronteira é parte de um “pensamento de fronteira” que faz visíveis os conhecimentos desqualificados pela razão ocidental. Esta pensa o sujeito desde uma pluralidade de identidades sociais e territoriais (Quijano 2000; Latin American Subaltern Studies Group, 1993).

Como assinala Hernandez Castillo, *“várias feministas pós-coloniais têm coincidido em sinalizar que os discursos feministas acadêmicos reproduziam o mesmo problema dos meta discursos modernistas ao falar da experiência das mulheres ocidentais, brancas, de classe média, como a experiência das mulheres em geral, com uma perspectiva etnocentrista e heterossexualista”* (2008: 79). No mesmo sentido têm se expressado as feministas negras. Sueli Carneiro fala da necessidade de enegrecer o feminismo e se pergunta quais seriam os novos conteúdos que as mulheres negras poderiam aportar na cena política além do “toque de cor” nas propostas de gênero. (Carneiro, 2002)

Para as feministas afro, a disputa se dá com o pensamento teórico feminista, mas, também, com suas expressões políticas e suas lideranças. É uma discussão que surge de outros lugares de enunciação, de outras experiências sociais, de outras dores e marcas. Assim, as mulheres negras interpelam, questionam, denunciam ao feminismo branco e propõem um caminho de descolonização do pensamento e uma ação política que supere esse lugar de “outra” designado culturalmente. Para Liliana Suaréz Navaz, *“a descolonização do feminismo implica abandonar atalaias e laboratórios, instituições de diagnoses e prognoses, identidades certeiras e ferramentas analíticas monocordes. A descolonização implica trabalhar em alianças híbridas, multiclassistas, transnacionais, para potencializar um movimento feminista transformador que possa contra restar com organização, solidariedade e fortaleza a dramática incidência do capitalismo neoliberal na vida das mulheres do sul (2008: 59)”*.

## A tradução como pedagogia

Na epistemologia do Sul proposta por Boaventura de Sousa Santos, a tradução intercultural é entendida como o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis. Trata-se de um procedimento que não atribui a nenhum conjunto de experiências o estatuto de totalidade exclusiva, nem sequer o de uma parte homogênea (De Sousa, 2010: 45). As lógicas de não existência retroalimentam-se de tal maneira que terminamos por aceitar que existe uma única forma de conhecimento e de saber, um único tempo linear, uma única história, um único destino no qual as diferenças se naturalizam. A classificação sexual e racial é uma manifestação eloqüente desta lógica. A inferioridade “naturalizada” das mulheres, das/dos negras/os



e das/dos indígenas tem formado parte, não só das estratégias de dominação centrais nas conquistas e expansões capitalistas, senão que tem sido objeto de análise e fundamento de dominação. É como se bastasse com “ser mulher”, “ser negro ou negra” ou “ser indígena” para legitimar as relações sociais de dominação em que se estabelecem como base de um sistema hierárquico.

O fundamento da ecologia de saberes é que não há ignorância ou conhecimento em geral; toda a ignorância é ignorante de certo conhecimento, e todo conhecimento é o triunfo de uma ignorância em particular (De Sousa, 2010: 44).

Criar inteligibilidade recíproca supõe pôr em diálogo experiências e concepções, as quais constituem uma nova pedagogia política, já que, como sabemos, nem todos os sujeitos têm a mesma possibilidade de se comunicar e fazer compreender seus olhares e perspectivas. Por isso, todo diálogo requer um ponto de partida e uma aproximação respeitosa ao universo do outro/ outra.

Para Belausteguigoitia existe uma mediação tradução/traição que emenda os sentidos, linguagens e demandas das mulheres indígenas, pelo fato de estar sujeitas a processos de ventriloquia saturada (Belausteguigoitia, 2001: 232). Esta autora retoma a relação tradução e traição abordada por Norma Alarcón para remarcar o fato de que não há processo de tradução que não implique uma forma de traição ao sentido original.

Esta dificuldade de tradução apareceu várias vezes como problema na oficina/diálogo realizado pela articulação Feminista do MERCOSUL3. Por exemplo, uma das participantes expressou que *“Sumak Kawsay é algo bonito em quíchua, mas não tem concordância com o Art. 275 da Constituição do Equador. Significa um viver pacífico, harmonioso, tranquilo, uma vida bonita em todo sentido da palavra. O Buen Vivir se trata de proteger a natureza, o conjunto, o respeito pela natureza é sagrado, há coisas sobrenaturais pelas quais se tem muito respeito, ao ar, à água, aos mananciais, aos mesmos cerros. Isto é uma cosmovisão andina. O Buen Vivir não tem a ver com recursos econômicos e não pode se expressar se falamos desde o ponto de vista capitalista”*.

---

3 Dialogo intercultural: O buen Vivir desde o olhar das mulheres, realizado em Assunção do Paraguai nos dias 9 e 10 de agosto de 2010. Articulação Feminista Marcosul-UNIFEM

Apesar das dificuldades, que caminho de encontro podemos seguir sem um processo de tradução intercultural e uma tradução linguística? O importante é definir as condições para que a tradução não signifique uma “traição” ou uma simples assimilação ao universo cultural hegemônico. O lugar designado à complementaridade homem-mulher na cosmovisão andina aparece como o espaço de controvérsia que mais confronta com o pensamento e a teoria feministas, em particular pelo binarismo homem-mulher no qual se inscreve. Maria Eugenia Choque Quispe assinala que “esta visão que ainda fica ancorada no essencialismo andino que desconhece a realidade cotidiana das pessoas”. Também para as mulheres urbanas, a legitimação do patriarcado se baseia na complementaridade entre homens e mulheres. De fato a divisão sexual do trabalho estrutura as relações de gênero em todas as sociedades e estabelece uma divisão naturalizada das áreas reprodutivas designada às mulheres, e as produtivas aos homens. O capitalismo consolida a separação da esfera pública como um espaço de domínio masculino e a esfera privada como domínio das mulheres, porém em todas as culturas e em todos os territórios do planeta a reprodução da vida humana recai sobre as mulheres. Estabelece-se assim uma ordem social “naturalizada” que prescreve normas e condutas. A divisão sexual do trabalho atribui às mulheres a responsabilidade da reprodução, estabelecendo, portanto, sua inclusão no mundo “produtivo” como um elemento secundário. No entanto a reprodução e o reforço da subordinação das mulheres são fenômenos dinâmicos e mutáveis dentro de uma matriz de desigualdade estrutural entre homens e mulheres.

Questionar a divisão sexual do trabalho supõe questionar uma suposta harmonia complementária na distribuição do trabalho entre homens e mulheres, e revelar as relações de poder implícitas nas relações sociais de desigualdade que se constroem nessa separação entre o público e o privado.

Mas a tradução enquanto possibilidade de diálogo é um requisito básico para a ação política na medida em que toda construção política é ressignificada quando os sujeitos participantes são diversos e têm experiências sociais diferentes.

Abrir um espaço de diálogo sobre o “Buen Vivir” desde os olhares das diversas identidades de mulheres líderes constitui uma experiência de tradução política e ressignificação das ordens. Ao “*Buen Vivir temos que mastigá-lo bem*”, expressava uma das líderes in-

dígenas, que dessa maneira sublinhava a ausência das mulheres em sua construção. Explicavam com diferentes anedotas que em sua prática política os homens, muitas vezes, concebem as agendas das mulheres como uma luta singular, oposta à geral: *“O mais importante é a terra e o território, e vocês discutindo assuntos das mulheres”*, contava que lhes dizia um dirigente em um encontro. Nestas anedotas a experiência das feministas urbanas e as indígenas se encontravam. Também, as feministas foram acusadas de dividir a “classe obreira” quando falaram da dupla jornada e da divisão sexual do trabalho, ou de dividir aos partidos quando questionaram o princípio de neutralidade de gênero na participação política.

As culturas e tradições dos povos indígenas são diversas e, portanto, é necessário conhecer a diversidade de práticas sociais das mulheres. Em tal sentido é de se resgatar o aporte que realizam Mercedes Nosta e Carmen Sanabria, coordenadoras de uma investigação na Bolívia que resgata as vivências de mulheres de diferentes povos: quíchuas, aimaras, sirianó, trinitarios, chimanes, chiquitanos e ayoreos. Este trabalho realizado pela coordenadora de Mulheres mostra como em filas feministas existe um crescente interesse em compreender e conhecer a realidade das mulheres indígenas, suas lutas e estratégias de resistência. As autoras utilizam o conceito de inter-legalidade, utilizado por De Sousa Santos, para analisar as interrelações e cruzamentos entre a ordem local indígena e a estatal. Refletem dessa forma sobre os direitos das mulheres em um marco de pluralismo jurídico. *“Em um número importante de casos de disputas e conflitos, especialmente quando se trata de violência às mulheres nos reclamos conjugais - um dos problemas mais recorrentes e reprimido pelas mulheres de todos os povos e comunidades - os requerimentos às autoridades indígenas, reclamam a aplicação de sanções proporcionais ao responsável, e não só chamadas de atenção e conselhos ao casal (Nostas e Sanabria, 2009: 120)”*.

É um fato incontestável que *“as mulheres indígenas estão construindo um discurso próprio que se nutre de diferentes registros e tradições normativas e ao fazê-lo legitimam suas reivindicações no discurso internacional dos direitos das mulheres e dos direitos humanos, fazem valer a lei do Estado para defender conquistas legais, mas, também, apelam de maneira seletiva aos costumes para defender suas identidades como mulheres indígenas (Nostas e Sanabria, 2009)”*.

## Conclusões

Avançar em novas concepções de organização da vida em comum supõe percorrer um caminho de rupturas teóricas, descolonizações e questionamentos simultâneos ao etnocentrismo, ao patriarcado, à heteronormatividade. Implica diálogos e confrontações que abrem espaços de conflito, tanto nos discursos como nas práticas políticas para construir novas pedagogias políticas em um processo de tradução e diálogo.

Nós enfrentamos hoje, simultaneamente, o esgotamento de um modelo de desenvolvimento depredador e uma concepção de sociedade e civilização que se sustenta em reproduzir a divisão sexual do trabalho.

Uma das diferenças centrais ou ponto de tensão no diálogo com as líderes indígenas é o conceito de complementaridade homem-mulher. A separação da esfera pública como espaço de domínio masculino e a esfera privada como domínio das mulheres têm determinado que os custos da reprodução da vida humana, em todas as culturas e em todos os territórios do planeta, recaiam sobre as mulheres. Com respeito, a divisão sexual do trabalho assenta-se num sistema de poder e de prestígio que produz a desigualdade social, cultural, simbólica e material das mulheres. A teoria feminista tem colocado o foco nesta revelação e tem aberto a possibilidade de analisar integralmente a sociedade. Carrasco assinala que "centrar-se explicitamente na forma em que cada sociedade resolve seus problemas de sustentação da vida humana oferece, sem dúvida, uma nova perspectiva sobre a organização social e permite fazer visível toda aquela parte do processo que tende a estar implícito e que habitualmente não se nomeia (Carrasco, 2003: 12)". Ao irromper no cenário público, a voz das mulheres introduz dissonâncias onde viam-se consensos. A complementaridade mulher-homem (chacha - warmi) pode servir para disfarçar desigualdades e esconder relações de poder. Entretanto a complementaridade também é um ponto forte para o empoderamento das mulheres indígenas e seu reclamo de participação em condições de igualdade.

Outro terreno de encontro - surpresa-mistério-descobrimto-desconfiança-cumplicidade entre todas é a possibilidade de pensar o corpo como território político de dominação-emancipação. Sabemos que liberar a sexualidade de seus prejuízos e ligaduras segue

sendo um desafio, uma aspiração e um desejo que permitem subverter as bases do patriarcado abrindo novos caminhos à liberdade individual e coletiva.

No último encontro feminista do México, a Declaração das mulheres indígenas propunha construir alianças entre mulheres indígenas e não indígenas “para conhecer sobre o feminismo e o olhar das mulheres indígenas de acordo com nossos ritmos e tempos para ir criando nossos conceitos e definições”. O próximo Encontro Feminista que será realizado na Colômbia para comemorar os 30 anos do feminismo na América Latina será uma boa oportunidade para fazer visíveis presenças e elaborações diversas desde um novo protagonismo das mulheres indígenas e afro com seus novos olhares e experiências.

As teorias e práticas políticas feministas têm contribuído de maneira decisiva ao questionar a epistemologia eurocêntrica dominante, ressignificando nos últimos anos as relações de gênero no marco das sociedades classistas e racistas. Em tal sentido, o olhar feminista sobre o “Buen Vivir” intensifica os debates atuais e abre a possibilidade de colocar a experiência social das mulheres como ponto de partida para construir sociedades igualitárias. Se reconhecer as semelhanças de experiências de dominação entre as mulheres é um ponto central para fortalecer alianças, não é menos significativo reconhecer as desigualdades que nos atravessam. A pluralização do sujeito feminista é uma das transformações mais interessantes e desafiantes dos últimos anos, e habilita diálogos horizontais que há uma década eram impensáveis.

## Referencias bibliográficas

- AVILA, Maria Betania. Ponencia presentada en el Encuentro de la Articulación de Mujeres Brasileñas, Diciembre de 2006 ([www.amb.org.br](http://www.amb.org.br)).
- AVILA, Maria Betania. Notas sobre o trabalho doméstico, en "Transformando as Relações Trabalho e Cidadania: produção, reprodução e sexualidade. Núcleo de reflexão Feminista sobre trabalho produtivo e reprodutivo. Salvador da Bahia, Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo, 2007.
- CELIBERTI, Lilian. La izquierda en los gobiernos y la dimensión cultural y política de los cambios, En: "La izquierda en el gobierno. Comparando América Latina y Europa.", Bruselas : Editora Birgit Daiber, Fundación Rosa Luxemburg, 2009.
- CARNEIRO Sueli. Ennegrecer el feminismo. En Lolapress, 2003
- CARRASCO, Cristina: "La sostenibilidad de la vida humana ¿un asunto de mujeres?", Barcelona: Icaria, 2001.
- CAOÍ (Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas), Buen Vivir/Vivir Bien. La alternativa de los pueblos andinos a la crisis mundial, 2010. Constitución del Estado Plurinacional de Bolivia. Disponible en: [www.presidencia.gob.bo/download/constitucion.pdf](http://www.presidencia.gob.bo/download/constitucion.pdf)
- Constitución del Ecuador. Disponible en: [www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion\\_de\\_bolsillo.pdf](http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf)
- DE SOUSA SANTOS, Boaventura; Conocer desde el Sur: para una política emancipadora. Universidad de San Marcos y PEDTG, Peru 2006.
- DE SOUSA SANTOS, Boaventura, Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad. Programa Democracia y Transformación Global, 2010.
- DUARTE BASTIAN, Ángela, BERRÍO Palomo y Lina. Saberes em diálogo: mujeres indígenas y académicas en la construcción del conocimiento en Leyva Solano, Xochitl et al. Conocimientos y prácticas políticas. Reflexiones desde nuestras prácticas de conocimientos situadas. Inédito.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor, "Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la interculturalidad". Barcelona: Gedisa, 2006.
- IZQUIERDO, María Jesús, "Del sexismo y la mercantilización del cuidado a su socialización: hacia una política democrática del cuidado. "Cuidar Cuesta: costes y beneficios del cuidado", País Vasco: Emakunde, 2003.
- LEYVA SOLANO, Xochitl et al. "Conocimientos y prácticas políticas. Reflexiones desde nuestras prácticas de conocimientos situadas". México D.F., Lima y Ciudad de Guatemala: CIESAS y Programa Democratización y Transformación Global - Universidad de San Marcos. 2 volúmenes, 2008.

■ QUIJANO, Anibal: "¿Buen vivir?: Entre el 'Desarrollo' y la Descolonialidad del Poder". Disponible en: [¡Error! Referencia de hipervínculo no válida.](#)

■ NOSTAS Mercedes y SANABRIA Carmen Elena: "Detrás del cristal con que se mira. Órdenes normativos e interlegalidad. Mueres Quechas, Aumaras, Sirianó, Trinitarias, Chimanes, Chiquitanas y Ayoreas", La Paz: Presencia, 2009.

■ RIVERA, Silvia; "La noción de "derecho" o las paradojas de la modernidad postcolonial: indígenas y mujeres en Bolivia", en Aportes andinos N°11, Universidad Andina Simón Bolívar, 2004. Disponible en: [www.autonomiayemancipacion.org](http://www.autonomiayemancipacion.org)

■ SAFA, Helen: Igualdad en diferencia: género y ciudadanía entre los indígenas y afrodescendientes, en SUÁREZ, Liliana; MARTÍN, Emma y ■ HERNÁNDEZ, Rosalba (coord.), "Feminismos en la Antropología: nuevas propuestas críticas", San Sebastián: Ankulegi Antropologia Elkartea, 2008.

■ STEFANONI Pablo: ¿Adónde nos lleva el pachamamismo?, Revista Sin Permiso, 9 de mayo, 2010.

■ VARGAS, Virginia: Pistas para pensar algunas dimensiones de una nueva hegemonía. En "Reflexiones colectivas, escrituras horizontales", Articulación Feminista Marcosur. Montevideo: Cotidiano Mujer, 2010.

■ WALSH Catherine; Pensamiento crítico y matriz (de) colonial. Reflexiones Latinoamericanas. Abya Yala/UPS Publicaciones. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2005.





## Diálogos complexos

Do dia 9 ao 11 de agosto de 2010, em Assunção do Paraguai, teve lugar a oficina “O Buen Vivir desde a diversidade de vozes das mulheres” organizado pela Articulação Feminista Marcosul (AFM) e a coordenação de Mulheres do Paraguai (CMP) com o auspício do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

O objetivo deste encontro foi refletir sobre coincidências e dissidências entre mulheres feministas e mulheres indígenas, no marco do conceito do Buen Vivir.

A partir desta idéia buscou-se a discussão e a reelaboração do paradigma do Buen Vivir desde o olhar das mulheres, um debate para potencializar o diálogo entre mulheres indígenas e feministas, gerar alianças políticas entre elas, que partam do reconhecimento da pluralidade e diversidade de interesses e experiências assim como a incidência nos espaços políticos internacionais e alternativos. A estratégia principal para isso foi propiciar um debate onde as diferentes vozes pudessem se expressar, respeitando a pluralidade de interesses, experiências e saberes, procurando superar o etnocentrismo.

O diálogo tomou a forma das oficinas, nas quais se propuseram diferentes dinâmicas de trabalho e sugestões disparadoras para o debate. A oficina foi coordenada pela antropóloga Graciela Zolezzi, com a assistência de Serrana Mesa.



## Abertura do encontro

### Apresentação de Articulação Feminista Marcosul (AFM) por Cecilia Olea

A AFM nasceu dez anos atrás, depois da IV Conferência da Mulher, com o propósito de incidir politicamente em espaços formais e informais, assim como nos movimentos sociais e dentro do próprio movimento feminista.

Entre as atividades realizadas pela AFM se destacam:

- A campanha “Tua boca é fundamental contra os fundamentalismos”, uma iniciativa contra os fundamentalismos (não só o religioso, senão também o econômico e o político) e na qual tem se posto ênfase no controle do corpo.
- Os diálogos ao interior do Fórum Social Mundial (FSM).
- Há quatro anos, a realização dos “Diálogos consonantes”, um encontro para participar nos novos debates sobre a cooperação ao desenvolvimento e na eficácia para a ajuda ao desenvolvimento. Têm se organizado três diálogos entre cooperação e líderes de movimentos de mulheres e feministas. O último teve lugar na Guatemala em setembro de 2010.
- Outros debates entre o movimento feminista e outros movimentos.

### Intervenção de Virgínia Vargas

O Fórum Social Mundial surge em 2001 sob duas consignas: “Outro mundo é possível” e “Não ao pensamento único”. Esta última é a que resultaria mais produtiva para o movimento feminista. Por este motivo, a AFM desde seus inícios tem estado envolvida com o FSM através da ampliação da agenda feminista e com a incorporação de novas lutas.

No primeiro Fórum, em Porto Alegre, das aproximadamente 15.000 pessoas que participaram 70% eram mulheres e, apesar disso, só 11% dos painéis estava ocupado por mulheres. Foi a partir deste encontro que se começou a levantar bandeiras e fazer mais visível ao feminismo neste espaço alternativo.

Através do Fórum entrou-se em contato com diversidade de grupos, entre eles, mulheres feministas de diferentes cantos do mundo. Também começaram os diálogos interculturais com movimentos que não eram feministas, como os movimentos camponeses, os movimentos sindicais, os movimentos indígenas e os movimentos do LGTBI.

Foi a partir do Fórum de Belém do Pará em 2009, que a presença indígena se tornou muito significativa, com assuntos como crise civilizatória e novos paradigmas. Foram novas perspectivas desde velhos movimentos, visibilizaram-se cosmovisões indígenas e outras formas de produzir conhecimento. A partir da constatação da falta de presença de mulheres, fez-se notório que as mulheres indígenas queriam incorporar suas visões e reclamos desde sua própria perspectiva.

No encontro de Belém começou-se a ter um olhar crítico sobre a forma de produzir conhecimento do feminismo por seu posicionamento específico, urbano e ocidental. Uma limitação que, por certo, alcança a todos os movimentos, não só o feminista. Nesse encontro, uma líder afro-descendente propunha que o feminismo não é racista por ação, senão por omissão, porque não fala do racismo.

Destas críticas temos aprendido - razão pela qual se realiza este diálogo, que alimenta novas culturas políticas, novas formas de fazer política e revisar a parcialidade do conhecimento.

Resulta útil o conceito de interseccionalidade, o qual refere-se à interseção das diferentes formas de opressão (a étnica, a racial, a de classe, a de localização geográfica) que levam a diferentes formas de discriminação e opressão. Porque o racismo, o capitalismo e o patriarcado geram um emaranhado complexo de opressão e discriminação às mulheres.

Os motivos de incorporar o conceito de Buen Vivir não têm a ver somente com a luta contra a mercantilização da vida e a descolonização das sociedades, senão também com sua relação com alguns dos eixos e valores centrais do feminismo como a ênfase na democracia, na igualdade entre homens e mulheres, no Estado laico, e nos direitos sexuais e reprodutivos. O Buen Vivir é um conceito muito rico que engloba todos os pontos e, ao mesmo tempo, é o suficientemente flexível como para incorporar as idéias feministas, e desta forma, não se converter em um novo pensamento único.

# Conhecer-se para reconhecer-se

## As oficinas

Um dos eixos fundamentais da oficina-diálogo foi o Buen Vivir como proposta de câmbio impulsionada por diferentes agentes políticos e sociais na América, principalmente da área andina.

Esta categoria, que começa a aparecer nas constituições do século XXI na região, sintetiza visões e práticas da cultura indígena que se inserem em debates e propostas das correntes do pensamento crítico e as lutas sociais de décadas recentes como o 'modelo de desenvolvimento' e o 'modelo de civilização' que têm conduzido a uma situação já reconhecida como insustentável.

A conjuntura política, social e acadêmica que está se instalando na América latina poderia se pensar como um momento ideal para erradicar as históricas desigualdades e conseguir que se incorporem as propostas dos movimentos de mulheres e os feminismos superando um dos eixos centrais da cultura hegemônica: a dominação masculina.



Com esta idéia, para a primeira sessão da oficina-diálogo propôs-se uma dinâmica de trabalho em grupos, para criar uma máscara de identidade pessoal. Esta proposta buscou gerar um espaço distendido e recreativo no qual vissem à luz as particularidades. Pretendeu-se abaixar as tensões, deixar em suspense os posicionamentos políticos, encontrar-se para apreciar o comum e o diferente de cada uma.

O grupo se dividiu em casais mistos e cada uma das participantes contou ao seu par sobre sua identidade, a partir de quatro perguntas que funcionaram como estímulo (Quem sou? Qual é minha identidade cultural? O quê me motivou a ser ativista dos direitos



das mulheres? Qual é o meu ideal de Buen Vivir?). A partir desta atividade, intercambiaram-se as máscaras e se realizou uma apresentação cruzada em plenária. Desde a coordenação da oficina tomou-se nota dos principais tópicos apresentados, especialmente os vinculados às concepções do Buen Vivir. Gerou-se assim uma linha de base tanto para as participantes como para as facilitadoras sobre as representações do Buen Vivir, que ajudou a conhecer quais idéias se manejavam, qual era o nível de aproximação destas percepções com as concepções 'oficiais' do Buen Vivir e permitiu ter referências ao final da oficina, para observar se tinham produzido câmbios e sínteses.

Nas apresentações, a maioria das participantes explicou que foi o fato de ter reconhecido a injustiça e a discriminação que sofrem as mulheres o que as levou a se mobilizar: "O que me motivou a ser ativista pelos direitos da mulher foi o golpe de Estado em meu país e a discriminação que sofrem as mulheres (Viviana Lima, CAOI, Bolívia)".

Também a violência foi uma das razões que deram as participantes:

*"Querida lutar contra a violência à mulher"* (Angélica Roa, CMP).

Outras, por sua parte, contaram que viram de perto a dor que padecem as mulheres: *"O sofrimento de minha mãe, eu me propus a tirá-la desse martírio e o consegui. Isso me levou a pensar não só em minha família, senão em todas as mulheres"*. (Maudilia López, Pastoral da mulher-Movimento de mulheres indígenas TZ´UNUNIJA, Guatemala).

Com relação ao conceito de Buen Vivir, este foi associado com idéias de bem-estar e de harmonia, com um ideal a alcançar. Algumas o vinculam mais à relação com a terra e a natureza, e a luta contra

o sistema capitalista: *“Meu conceito do Buen Vivir está vinculado à não mercantilização da terra e à autonomia das mulheres e a luta do povo (Liliana Vargas, Coordenadora Nacional de Mulheres Indígenas do México, México)”*.

*“Buen Vivir é um mundo de igualdade e eqüidade, onde as pessoas trabalhem em função das necessidades e não para acumular riquezas. É também poder obter a harmonia entre as pessoas e a natureza. Uma harmonia entendida como a interrelação de todos os seres que habitam o mundo (Melania Canales Poma, ONAMIAP: Organização Nacional de Mulheres Indígenas, Peru)”*.

Outras a diferença, deste conceito destacam a vida em sociedade e a justiça: *“Para mim o Buen Vivir é que as pessoas vivam com dignidade e respeito (Juana Murúa, Movimento de mulheres indígenas TZ´UNUNIJA, Guatemala)”*.

*“O Buen Vivir é que as mulheres indígenas possam gozar dos direitos (Elsa Capriel, Movimento de mulheres indígenas TZ´UNUNIJA, Guatemala)”*.

Assim mesmo, é um conceito que associam com a emancipação: *“Minha idéia do Buen Vivir é a autonomia de pensar, do corpo de decidir como mulheres e de transcender a outros espaços (Rogeria Peixinho, Articulação de Mulheres Brasileiras - AFM, Brasil)”*.

*“O Buen Vivir é a unidade dos povos, para ter força e ocupar lugares de poder (Bernarda Pessoa, Dirigente de Mulheres indígenas Toba, Paraguai)”*.

*“O Buen Vivir é que as mulheres indígenas possam gozar de seus direitos específicos no Paraguai, porque sofrem muito a discriminação, o racismo e não têm as mesmas condições de vida (Daniela Benítez, Organização de Mulheres Artesãs, Paraguai)”*.





*“O Buen Vivir o que busca é consciência, responsabilidade e respeito pelo direito a decidir (Virgina Vargas, Flora Tristán, Peru)”.*

*“Minha concepção do Buen Vivir está vinculada com uma democracia a todos os níveis, além de estar bem consigo mesmo, embora as condições não mudem tão rápido como quiséssemos (Eva Gamboa, Pueblo Wichí, Conselho Nacional da Mulher Indígena, Argentina)”.*

*“Meu ideal de Buen Vivir é ter harmonia com a família e poder entender essa forma de relacionamento à comunidade (Cristina Román, CMP-AFM, Paraguai)”.*

Outras por sua parte, destacam a espiritualidade nas mulheres indígenas, que entendem como fundamental em suas vidas: *“As mulheres vivem a espiritualidade de forma diferente dos homens, as mulheres se conectam com o ser superior, os homens furam o corpo com ossos do animal que costumam caçar e se lambuzam com o sangue que sai dele. Enquanto mantém esse contato e comunicação com o ser superior, essa espiritualidade, eles asseguram seu Buen Vivir (Laura Santa Cruz, Coordenadora de la Organización de Mulheres Artesãs, Paraguai)”.*

A partir da oficina saíram, à luz, as seguintes noções sobre o Buen Vivir:

- Mais coincidência e menos diferença. Considerar aos povos indígenas no poder.
- Dignidade e respeito exercendo os direitos.
- Consciência e respeito pelo direito a decidir.
- Democracia em todos os níveis. Estar bem consigo mesmo.
- Autonomia, transcender a outros espaços. A terra deve ser cuidada igual aos seres humanos.
- Contato, relação espiritual. Harmonia no lar e na comunidade.
- Que as mulheres possam gozar dos mesmos direitos. Potencializar a mudança das mulheres.
- A importância da unidade dos povos (por exemplo, entre região oriental e ocidental do Paraguai).
- Igualdade e equidade. Não acumular, produzir para satisfazer as necessidades. A harmonia entre as pessoas e também com a natureza e com outros seres e espíritos.
- Solidariedade, relação com a natureza.
- Harmonia com a natureza. Respeito aos direitos das mulheres.
- Saber conviver, respeitar e defender à natureza. Necessidade de colocá-lo na prática, que não fique só no papel.
- Estar bem consigo mesma, com seu corpo, sua comunidade e a natureza.

## A busca dos pontos em comum

A proposta de trabalho consistiu na realização de dois subgrupos, um de representantes indígenas e outro de feministas. Os objetivos da atividade foram:

- Que as participantes conheçam aspectos importantes da cosmovisão dos povos indígenas e a posição das mulheres no ideário de seus povos.
- Que as participantes feministas apresentem sua análise da posição das mulheres na sociedade atual e seu ideário de superação da discriminação e a opressão das mulheres.
- Analisar as coincidências e divergências de suas visões, e formar opiniões sobre possíveis formas de construir conjuntamente discursos e práticas políticas descolonizadoras e superar o etnocentrismo.



Desta maneira, pretendia-se que as líderes indígenas discutissem sobre as visões e estratégias de suas organizações, procurassem coincidências de visões e encontrassem propostas de alianças com outras organizações.

Por sua parte, as feministas discutiriam sobre as tensões entre as diferentes expressões e correntes dos movimentos de mulheres e/ou feministas, e sobre quais são as oportunidades e os principais desafios para construir ou reconstruir discursos e práticas políticas feministas inseridos no novo cenário latino-americano com um olhar de curto, médio e longo prazo.

Ambos os grupos plasmaram suas idéias em flipchart, com a realização de uma apresentação em plenária dos trabalhos de grupo e exposição das perguntas e comentários. Buscaram-se as coincidências e dissidências dentro de cada um dos grupos, para logo colocá-las em comum.

## As líderes indígenas

Expressam que não buscam lutar contra lideranças que já existem (a dos líderes homens), senão que se concretize a igualdade e a equidade como mulheres indígenas dentro das organizações. Esta aspiração não é necessariamente compartilhada por seus colegas. Entretanto, destacam que alguns colegas sim as apóiam. Explicam que há espaços (mesmo escassos) de fortalecimento, construídos e consolidados por elas, fundamentais para estar e incidir em outros âmbitos. Para isso encontram um elemento fundamental que é a formação política.

Reconhecem que há certo empoderamento das mulheres dos movimentos indígenas. Entretanto, sustentam que é necessário seguir empoderando às colegas e a elas mesmas. Por outra parte, apontam que existem alianças com outras mulheres e outros movimentos.

Como característica essencial nos movimentos indígenas e, em seu interior, dentro do grupo de mulheres, encontram a reivindicação dos direitos coletivos e individuais. Ao mesmo tempo, como estratégia, a apropriação de espaços públicos (locais, regionais, nacionais e internacionais) para ser as portadoras diretas de suas necessidades e de seus problemas.

Além disso, destacam que têm sido criados espaços de formação e informação dentro das organizações que são exclusivos de mulheres e têm sido utilizados para se formar. Falam da necessidade constante de visibilizar as mulheres indígenas, para não ficarem subsumidas dentro do movimento indígena geral.

Afirmam que se deve trabalhar mais em posicionar-se nos espaços de tomada de decisões, algo no que se está trabalhando em âmbitos de formação para que em um futuro se alcance um posicionamento claro e contundente.

Por outro lado, contam que também têm trabalhado no empoderamento econômico (sobretudo na criação de cooperativas) como estratégia para alcançar autonomia em diferentes âmbitos. Pontuam que tem começado a integrar à agenda assuntos de saúde sexual e reprodutiva nos assuntos HIV-AIDS, ITS e gravidez não desejada. Uma das participantes expressa que envolver-se com as feministas ajudou-as a alcançar alguns de seus objetivos: *“As alianças com as feministas têm nos salvado a vida porque quando nossas lutas correm perigo, as organizações feministas que têm mais acesso à tecnologia, fazem um comunicado e convocam às mobilizações. Por outro lado, se bem é necessário o empoderamento político, é importante o ideológico. De nada serve a participação política se é nos partidos de direita”*.

Outro ponto importante é que *“as organizações devem ser autônomas, porque há ONGs que são de direita e não lutam pela terra e a água. De forma latente, nossa luta é pela água e temos que ver como fazemos para que as mulheres da cidade o compreendam (Lourdes Huanaca, FEMUCARINAP, Peru)”*.

Observam que todas as organizações de mulheres estão contra a violência e lutam pelo respeito aos direitos humanos.

Como estratégias propõem a participação em diferentes espaços, o empoderamento, a formação político-ideológica entre as mulheres indígenas, para assegurar uma vida livre de violência. Não só contra a violência individual e física, como também a violência psicológica coletiva.

O eixo central do movimento de mulheres indígenas é o corpo relacionado com o meio ambiente e a terra, e não como algo individual, isolado.



## Coincidências como mulheres de movimentos indígenas

Todas as participantes expressam que têm se aliado a outras organizações, mistas e feministas. Destacam que em ocasiões há organizações civis que se aproveitam da situação, o que põem em risco a autonomia. Apesar disso, aclaram que se segue tentando tecer alianças. Sustentam que sofrem atropelos constantes por outras organizações civis e pela sociedade.

*“As alianças devem ser fortes, sólidas nos pontos necessários. Com as feministas existem coincidências nos direitos individuais e não nos direitos coletivos. Para os indígenas o território é tudo (Melania Canales)”.*

Propõem que a participação política das mulheres é complicada por falta de acesso. Destacam a luta permanente contra a violência e a discriminação em todos os espaços: a comunidade, os espaços domésticos, os espaços públicos, as escolas e os espaços de formação.

A luta também é pela defesa da terra, da água, das sementes, do meio ambiente, tudo o que tem a ver com a natureza. Entendem o território como um espaço simbólico, filosófico. Gera-se conhecimento a partir da relação com a terra.

Há um aspecto que observam que não está sendo tratado entre as mulheres indígenas: *“A saúde sexual e reprodutiva é um assunto que não está se falando entre as mulheres indígenas. Tampouco sobre diversidade sexual. Assuntos sobre os quais há de conversar, entender-se e respeitar-se. Somos diferentes, mas por ser mulheres somos iguais. A partir do respeito mútuo constroem-se alianças (Melania Canales Poma)”*.

*“Os modelos econômicos das comunidades são elementos que ainda restam e temos que resgatar, é uma fonte de luta e construção alternativa frente ao modelo econômico imperante, são pré-capitalistas. Não se pode permitir que os desbaratem, o ensino coletivo é o que tem nos trazido até aqui, portanto temos que defender nossa identidade e nossos próprios modelos. Não podemos lutar por um salário ou por um convênio de saúde porque não temos, lutamos por outras coisas, para sair livremente à rua a falar nossa própria língua, a vestir nossa própria roupa. Deve-se erradicar o conceito de pobreza e o de vulnerabilidade como inerente às mulheres indígenas. Há que se desapropriar desses conceitos (Liliana Vargas)”*.





## Propostas de alianças

Colocam que a articulação com as organizações mistas e feministas tem apoiado o processo. Afirmam que existe certa empatia, mas também diferenças.

Ao mesmo tempo, enfatizam na necessidade de fortalecimento das organizações dos movimentos de mulheres, sobretudo às jovens, e em nível local, regional, internacional. Propõem uma dinâmica de capacitação das feministas às indígenas e das indígenas às feministas, cada uma com sua metodologia. Um desafio proposto está vinculado à mudança na cosmovisão com respeito ao corpo e a possibilidade de estender os âmbitos de incidência das idéias feministas: *“Para muitas mulheres indígenas a palavra feminismo é nova. Pensa-se que é igual ao machismo. É necessário, também, resgatar o bom do ocidente, e de todas as lutas. Muitas coisas são iguais entre ocidente e as comunidades, somente têm diferentes nomes, mas são os mesmos. É importante pensar no coletivo, mas também no pessoal, por exemplo, o direito a desfrutar da sexualidade, que é um tabu (Gladys Campos, FEMUCARINAP, Peru)”*.

## As feministas urbanas

No movimento feminista, viram-se três blocos de tensões:

1. No interior dos feminismos.
2. Com outros atores sociais em relação à construção de agendas.
3. Na elaboração de novos paradigmas e sua interpretação.

Reflete-se sobre o nascimento do feminismo desde um lugar urbano, branco, etnocêntrico, heterocêntrico, que logo vai se reconstruindo a partir de outras vozes que o interpelam: tensões de classe, de raça e de sexualidade.

Mesmo assim, as participantes do Brasil acrescentam que no feminismo não há um diálogo suficiente com respeito à espiritualidade das mulheres negras e indígenas.

Por outro lado, no debate se expõe que desde os anos 90, houve tensões entre as feministas autônomas e as institucionais: “As institucionalizadas foram as que participaram ativamente desde as organizações nos processos das conferências internacionais”.

Houve um grupo de feministas que não participou desses processos, o que gerou fortes disputas dentro do feminismo. *“Isto interpela o feminismo também agora, o quê se entende hoje por autonomia e por institucionalização? (Ximena Machicao, Centro de Informação e Desenvolvimento da Mulher-AFM, Bolívia)”*.

*“Outras dimensões que estão nesta tensão entre as autônomas e as institucionalizadas tem a ver com o jeito de organização e com o dinheiro. As ONGs feministas são as que têm projetos e são as que recebem o dinheiro. As feministas nasceram como movimento, pé pelado na rua e construíram instituição. E então têm múltiplas formas de resistência. À Beijing foram lutar pelas reivindicações como movimento (Virginia Vargas)”*.

Enfatizam que o posicionamento do feminismo sempre foi anticapitalista e antiliberal. E sempre existiu uma união com os movimentos populares de mulheres.

Com respeito às tensões vinculadas à construção de agendas comuns e a interpretação dos paradigmas, expõe-se o exemplo de conflitos entre leis sustentadas na tradição e as leis dos Estados, como a lei Maria da Penha (violência doméstica) no caso do Bra-

sil. O maltrato às mulheres dentro das comunidades se resolve no marco da tradição: *“Quando há um assassinato na comunidade indígena o estado se ocupa. Quando o marido mata a mulher, aplica-se só a lei indígena. Este é um exemplo de como é preciso discutir, sobre até que ponto se mantém o tradicional (Rogeria Peixinho)”*.



## Desafíos

Destacam a luta contra o racismo e a construção de diálogos que posicionem dimensões como o racismo como estruturante. A aposta é construir movimentos em diferentes partes. Ao mesmo tempo, o corpo como tema aglutinador dos diferentes movimentos, o corpo como questão política e não só vinculado à sexualidade: *“Nos corpos das mulheres são onde se inscrevem e expressam a discriminação e opressão. Somos uma multiplicidade de coisas ou sujeitos com multiplicidade de direitos? Isto é vital para criar alianças com as mulheres indígenas. Para se ampliar é fundamental aproximar-se a outras perspectivas com humildade. Mas o que acontece com algumas dirigentes políticas? Não só há que satanizar algumas ONGs, porque também há problemas com o dinheiro nas organizações indígenas (Ximena Machicao)”*.

## O Buen Vivir desde o olhar das mulheres

Analisa-se o Buen Vivir a partir de suas definições nas constituições da Bolívia e do Equador. Procurou-se confrontar a legislação desses estados com as cosmovisões das comunidades e as representantes indígenas.

As perguntas guia foram: A cosmovisão do meu povo compartilha o Buen Vivir? Em que se diferencia, em que aporta? Responde aos interesses das mulheres?

Por outra parte, às representantes de organizações feministas lhes foi proposto discutir os mesmos textos, ainda que modificando as perguntas guia. Estas foram: Que aportes podem se fazer ao Buen Vivir desde os feminismos? Quais críticas?







As feministas consideram que têm visões que podem aportar no debate do Buen Vivir. Vêem semelhanças nas utopias, nos princípios e nos valores: sociedades felizes, igualitárias e com uma democracia radical. Neste sentido, dizem que o Buen Vivir tem vários elementos que poderiam ajudar a uma convivência com mais igualdade e com menos violência.

Algumas participantes indígenas opinaram que não se questionam o corpo como específico, porque o vêem como parte da natureza. Para as feministas há diferença, consideram que sim é importante tratá-lo, porque acreditam no corpo político e na necessidade de romper com o pensamento binário: “Tudo, o herdado e o que vivemos, plasma-se em nossos corpos de mulheres. Por isso é importante trabalhar na soberania e inviolabilidade do corpo como território. Tudo isto está relacionado com a sexualidade, com o prazer e com o cuidado, tanto da natureza como do outro, da outra e de nós mesmas. Isto deve ser integrado ao Buen Vivir (Rosa Posa Guinea, Aireana / CMP - Paraguai)”.

Desde os feminismos acredita-se que há conflitos. Não se pode ter fé na harmonia como um paraíso perdido: “Temos que reconstruir nesta terra. Os conflitos e as diferentes visões temos que enfrentá-los, são também parte do Buen Vivir. A harmonia como o quê? Como um sonho, uma utopia, ou como uma forma de cobrir os problemas e os conflitos? (Clara Merino, Luna Nueva, Equador)” Por outro lado, apontam que a complementaridade pode servir para disfarçar desigualdades e esconder relações de poder e “calar a voz de nossas próprias visões”. Acrescentam que na Bolívia, por exemplo, as mulheres se deram conta disto e encontraram uma forma de superar estes problemas falando da paridade.

## Apresentação das mulheres indígenas

Opinam que há um modelo cultural imposto, neoliberal, capitalista e que atualmente está se tomando o conceito do Buen Vivir, que se é um paradigma que representa os interesses das mulheres indígenas, então é uma alternativa.

Destacam que o Buen Vivir surge como uma ideologia de contraste e, supostamente, desde os povos originários. Consideram que há que olhá-lo criticamente como outra construção política e ideológica. Deve-se reconhecer que em cada cultura dos povos indígenas há uma cosmovisão que orienta ao bem-estar de cada povo.

Perguntam se desde suas cosmovisões compartilham o paradigma do Buen Vivir: *“Sumak Kawsay é algo lindo em quíchua, mas não tem concordância com o Art. 275 da Constituição do Equador, não tem relação. Significa um viver pacífico, harmônico, tranqüilo, uma vida bonita em todo sentido da palavra. O Buen Vivir trata de proteger à natureza, o respeito à natureza é sagrado. O Buen Vivir é viver bem, não tem a ver com recursos econômicos, não tem relação se falamos desde o ponto de vista capitalista (Melania Canales)”*.

Consideram que é o sistema que está impondo às tapas o que está se vivendo, o Buen Vivir há que mascá-lo bem. Perguntam-se de quê Buen Vivir se fala, se dentro delas mesmas se fecham as portas: *“É ter a decisão do que faço como mulher, os rapazes não o entendem, esses temas não se tocam no Buen Vivir”*.

A planificação familiar também é tema do Buen Vivir, porém não se fala. O respeito pela decisão da mulher, sim se fala deste tema, os homens dizem que isso é liberalismo de feministas, mulheres bêbadas que estão violentando nossos costumes.

Existem tabus, não se fala do Buen Vivir em sua integralidade. Por exemplo, que coisa é o orgasmo? Temos desfrutado dele? (Lourdes Huanaca).

*“Estamos falando do Buen Vivir e nós as mulheres? Por exemplo, no Peru estávamos construindo uma agenda, veio um dirigente e disse: ‘O mais importante é terra e território, e estão discutindo assuntos das mulheres’, em presença de líderes e ninguém disse nada” (Melania Canales).*

Manifestam que o Buen Vivir tem base na relação com a natureza, o planeta e a água, além de ser uma resposta à crise do modelo econômico e ao vazio que há na humanidade.

Perguntam-se qual é a filosofia de vida e propõem construir novas relações. Pontuam que nas comunidades indígenas ainda não se pode falar da sexualidade, que não é fácil, tampouco do aborto e muito menos da homossexualidade. Consideram que terá de se passar muito tempo para falar destes assuntos e que recém está se falando dos direitos das mulheres, que é um processo lento, embora seguro.

## Diálogos plurais

Trava-se uma discussão entre todas as participantes do encontro para dialogar sobre o conceito Buen Vivir. Dali saem algumas idéias:

“Falta muito para que o Estado entenda o Buen Vivir tal como o entendem os indígenas como povo (Maurilia López)”.

“O problema é quando se pensa em um desenvolvimento econômico, que em nada coaduna com a vida dos povos (Maurilia López)”.

“Há muitos pontos de coincidência, porque as mulheres indígenas não participaram da criação do conceito do Buen Vivir. É uma proposta que está se discutindo em todos os lados, as feministas também o fazem. Isto tem o valor de permitir a entrada em um debate que para nós não está concluído, porque não se inclui nossos corpos e nossas sexualidades. Também há coincidências no que consideramos como negativo. Por exemplo, o sistema dominante, o capitalismo (Line Bareiro AFM, Paraguai)”.

“Embora um conceito como expressão verbal tenha nascido na zona andina, como percepção de uma sociedade diferente, tem estado no imaginário de muitas culturas indígenas, não só da América - latina”.

A dimensão básica é que no sistema no qual vivemos, não se pode continuar, sobretudo em relação com a natureza. Este é um ponto de coincidência a resgatar. “Creio que o risco do Buen Vivir é que com tantas palavras bonitas não signifiquem o que mais desejamos: uma recuperação de nossas sensibilidades, de nossas perspectivas (Virginia Vargas)”.



"Há certas diferenças com o Sumak Kawsay. O Buen Vivir está vinculado mais ao econômico. Se bem se fala muito em organizações latino-americanas, fica-se no discurso, nos fatos não há nada (Melania Canales)".

"Há que começar pela própria casa, ou seja, a mãe terra, há que fortalecer o relacionamento com ela (Elsa Capriel)".

"O sistema econômico neoliberal já não dá. Tampouco suas fases política e cultural. Mas se recicla, e o patriarcado é o que tem mais capacidade de reciclar-se, porque é mais antigo que a colonização (Ximena Machicao)".

"O maior perigo é que se apropriem de nossa linguagem e nossas causas, que recolhendo o sumak kawsay se reimplante o modelo capitalista e a opressão às mulheres (Clara Merino)".

"Há um ponto em comum que forma parte de nossas lutas em todos os terrenos e é que em muitas organizações aparece um discurso que não condiz com a prática. As feministas disseram às colegas indígenas que nós queríamos falar com as mulheres indígenas porque os homens líderes não representam às mulheres. Se as indígenas pensam o mesmo, por que não estão? As mulheres ficam fora das esferas do poder (Lilián Celiberti, AFM, Uruguai)".

"Fala-se de dualidade, às reuniões vão os homens e as mulheres, porém os que falam são os homens. As agendas as criam os homens e as mulheres aceitam. Há certo temor. Além disso, quando se formou a organização de mulheres, os homens disseram que estavam dividindo ao movimento indígena. Entretanto, quando os convidamos, os homens não vêm (Melania Canales)".

"Como incluir o discurso da sexualidade no Buen Vivir? Mais prazer sexual, menos reprodução. Temos que ir ao assunto da própria sexualidade, não esquivá-lo (Cristina Román)".

“Retomando o tema da complementaridade, essa palavra causava muito barulho e também a da dualidade. A complementaridade não é só humano-humano, homem-mulher,mas também com a mãe terra. Esta é a particularidade, o específico dos movimentos indígenas (...) No feminismo se fala do binário oposto. A cosmovisão indígena diz que somos complementares. A complementaridade existe, estamos em uma complementaridade desigual. E não só entre humanos, mas também com a natureza (...) A proposta revolucionária das mulheres indígenas é a inclusão da natureza, porque significa que há outro fenômeno que está em mim e que não me constituo só como um corpo. Não pode só se pensar no corpo individual, se me pertence ou não me pertence. Temos que ver a parte coletiva (Liliana Vargas)”.

“Para as mulheres há um grande vazio dentro do Buen Vivir. Deve se reconhecer que há um enorme machismo. Impor a palavra Buen Vivir não vai cobrir o machismo, não vai terminar com o patriarcado, se não levar uma proposta para isso. Com esta palavra vai mudar a forma como nos vêem? (Gladys Campos FEMUCARINAP, Peru)”.

“No Brasil, quase não há pessoas para discutir sobre o Buen Vivir. Falta conhecimento e interlocução sobre o assunto. Há um esgotamento de todos os modelos, por isso esta discussão é bem-vinda. Mas, tenho algumas dúvidas sobre o conceito Buen Vivir. Ao refletir sobre a pachamama, sobre a natureza, e se a relacionam com as mulheres como criadoras, não está se reforçando o papel designado às mulheres como as responsáveis do cuidado, como algo natural das mulheres? Preocupa-me ademais que não se questionem as desigualdades que trazem as tradições. No Buen Vivir está se refletindo sobre qual parte do tradicional deve ser mantida e qual parte não? Voltar à tradição não significa perder as conquistas históricas dos movimentos das mulheres? O Buen Vivir é parte deste esforço por preservar a identidade, a forma de ser e fazer das comunidades indígenas, de suas cosmovisões. O quê acontece com as cosmovisões de outras coletividades, por exemplo, as afrodescendentes? Temos que ter cuidado com voltar ao pensamento único, estaria bem ser aberto para escutar a outros (Rivane Arantes, SOS Corpo, Brasil)”.

Faz-se uma esclarecimento com relação à centralidade do corpo para as feministas: “É clave reapropriar-se do próprio corpo, mas não é um assunto só de genitalidade. Tem a ver com a relação com um mesmo. Com a alteridade, com valores, com a construção de nós mesmas e também dos homens. Diz-se corpos políticos, porque tem havido uma grande apropriação. Apropriam-se de nosso corpo e criam necessidades e desejos. Isto tem muitas dimensões. Outro

aspecto que é conflitivo tem a ver com a relação com a pachamama, com a resistência que existe à inversão em hidrocarburetos, sobretudo em territórios de comunidades indígenas. O problema da mineração informal é que dá trabalho, mas isso gera tremenda depredação, a alternativa tampouco é que venha a multinacional e que faça uma exploração cuidada. Nestes assuntos tem que se meter, há que tomar uma postura (Cecilia Olea)”.

Como vamos construir e defender o conceito? Como chegamos às coisas mais concretas? Nós mesmas temos que nos dar os tempos, precisa-se processar e participar. Por exemplo, todas as mulheres de diferentes adscrições têm um ponto em comum: todas lutamos pelo reconhecimento da paternidade, os homens engendram crianças que não reconhecem. E nas diferentes justiças temos as mesmas dificuldades, os juízes e as juízas muitas vezes não reconhecem os direitos das mulheres. Esses direitos, coisas concretas. O assunto é ver como encontramos a volta e geramos uma discussão com estes homens que vão estar neste Fórum e consideram secundários nossos temas. Como se confronta com o Buen Vivir hegemônico que vai aparecer neste Fórum? (Lilián Celiberti)

“Creio que falta mastigar muito mais o conceito de Buen Vivir. Preocupa-me que falemos das mulheres sem ver as diferenças ao interior, também há mulheres exploradoras. Também há colegas que estão apoiando os processos das mulheres indígenas (Clara Merino)”.

## Encontros e pontos suspensivos

As representantes de FFEMUCARINAP realizam uma representação simbólica sobre a importância da Pachamama. Distinguem seis elementos: a terra, a água, a semente, a luz, o ar, e a organização: “Se entre os elementos não há organização, não há forma de defender o que a Pachamama” explica Lourdes Huanaca, quem realizou a amostra.

*“Luta-se pelos alimentos, porque sem alimentos não há pessoas. Nosso corpo também é nosso território, por isso, para poder sobreviver neste corpo-território é que pedimos às feministas que nos ajudem a lutar por nossa pachamama, porque vem aí a crise mais crua. Estamos ficando sem água, o câmbio climático está nos afetando. Para poder nos defender, temos que fazer só um esforço as mulheres indígenas e feministas, as mulheres campesinas e urbanas, para defender o futuro de nossos filhos, nossos netos, nosso país e nosso mundo. Quando sairmos a tomar as ruas para defender a mãe-terra, vamos precisar da solidariedade das feministas,*

*dos movimentos de mulheres (Lourdes Huanaca)”.*

Surge uma discussão a partir da representação sobre o significado da mãe terra.

*“Para que as mulheres da cidade entendam, sem a mãe terra não há vida. Isto é o Buen Vivir. A mãe terra agora está com febre. Temos que entender que isto é muito sagrado para os indígenas (Diocelinda Iza, Luna Creciente, Equador)”.*

Propõe-se retomar nas conclusões a comparação entre a mãe terra e as mulheres, um debate que sempre tem existido entre as indígenas e as feministas: *“Creio que é uma comparação fria e sem profundidade: a mãe terra reprodutora - mulheres reprodutoras. Não é assim, é mais complexo. As mulheres indígenas se identificam com a mãe terra não só pela reprodução, mas também por um sentido de pertencimento. Tem a ver com esse contato diário que tem a mulher como produtora, porque os homens não estão em contato permanente com a terra (Juana Murúa)”.*

Na continuidade do diálogo se expõe que *“O pensamento feminista para se desenvolver teve que questionar a relação mulher-natureza, no sentido simplista. Tivemos que nos separar para mostrar que ser mulher é uma construção cultural, que não somos uma continuidade da natureza. Em essa separação colocou a natureza de um lado, e a cultura do outro. Hoje, neste momento histórico, em função da crise e da depredação do sistema capitalista, está sendo exposto a nós em termos civilizatórios uma nova relação de cidadania, de ser humano, de homem-mulher natureza. Porém uma nova relação que não é só a defesa da natureza como inamovível, como algo sagrado, porque muitas de nós temos uma idéia bastante atea dos processos, da vida. Mas isso não quer dizer que não haja outras formas de espiritualidade. Por exemplo, nesta oferenda que Lourdes faz, o que me chega é a criatividade, talvez não me chega tanto o dos elementos, o que chega é a beleza, não tanto a carga simbólica (Lilián Celiberti)”.*

*“Estamos em um momento no qual há que se repensar a relação com a natureza, talvez chegando por um caminho diferente, o da depredação e destruição, que nos ameaça a própria vida no planeta. Talvez o desafio do Buen Vivir seja como se transfere essa idéia às grandes cidades, cheias de lixo, de consumo como*

*base da vida. Isso não se arruma dizendo vamos voltar ao agrário, porque as cidades, pelo menos no imediato, não vão voltar. Isto gera desafios para pensar o caminho da resistência (Lilián Celiberti)”.*

*“Este é um tema sobre o qual tem que se discutir mais. Para nós, a comparação da mãe natureza com as mulheres é, em primeiro lugar, pensando no respeito, a uma mãe não se pode levantar a mão, não se pode maltratar. É algo sagrado, não deveria ser mercantilizada. Se alguns colegas entendessem isto realmente, não teriam violado nossos direitos como mulheres (Diocelinda Iza, Movimento Luna Creciente, Equador)”.*

*“Quiçá nunca possamos nos colocar por completo no lugar do outro e viver plenamente a cosmovisão e a ideologia do outro. Mas sim, podemos encontrar pontos em comum. Quando se fala da sacralidade da mãe terra e de que não há que violá-la, nem machucá-la, respeitar seus direitos, associa-a com a visão que têm as feministas sobre o corpo da mulher. Na realidade está apontado sobre um território diferente, um é o corpo da mulher e o outro é a mãe terra, porém pode-se trasladar, porque amamos a mãe terra, mas também temos que nos amar a nós mesmas, porque a mãe terra sem pessoas tampouco existe, não tem sentido (Serrana Mesa, AFM, Uruguai)”.*

*“Todas falamos com diferentes palavras, mas vamos ao mesmo lugar. Quando falamos da mãe terra e quando falamos de nossos corpos, vemos que o patriarcado quer privatizar ambas as coisas. Os estados são patriarcais, com o peso da igreja católica ainda se decide pelos ovários da mulher e ainda se decide pelos territórios indígenas, e o corpo é o mesmo. E o patriarcado e a tirania da igreja católica seguem sendo iguais. Enquanto não tenhamos uma profunda discussão sobre a espiritualidade e a religião e o que acontece às mulheres com estes assuntos, estamos longe. O quê é o Buen Vivir se é mais sagrada uma hóstia que a própria mulher, que a própria terra? Constroem-se igrejas sobre sítios sagrados, a mineração destrói os sítios sagrados. Isto é muito doloroso (Eva Gamboa)”.*

*“As mulheres se identificam com a terra porque dentro de ambas germina-se a vida. As feministas consideram o corpo como político, porque somos seres humanos e temos o direito a decidir de que forma quero viver. Graças à luta das mulheres agora*



*gozamos de muitos direitos. Se agora podemos escolher nosso marido, é graças às colegas feministas. E de poder fazer muitas coisas mais. Porém ao mesmo tempo, temos que defender a terra, às sementes. Graças a isto, nós mantemos um corpo são. E também a mente através de nossas crenças. Às mulheres nos interessa defender a terra e também nosso corpo. Não podemos estar separadas, a luta é uma só, a meta é uma só (Gladys Campos)”.*

*“Deve-se recuperar o corpo como o instrumento através do qual tocamos e fazemos a vida e o Buen Vivir. O corpo em toda a complexidade do corpo político. Não só está vinculado à sexualidade, senão também por exemplo à alimentação e à fome pela má distribuição dos recursos. O racismo, um dos eixos que estão levantando as feministas, também está vinculado ao corpo. Acho que a espiritualidade como eixo central impacta as atéias, mas é muito importante. Há uma espiritualidade que vai além de se somos urbanas e indígenas (Virginia Vargas)”.*

*“É importante entender que existe uma diversidade de cosmovisões enquanto ao ser humano e sua relação com seu entorno. A diversidade está fortemente marcada pelo agrícola. E temos que ter claro que é uma das noções vinculada com a natureza. Aqui não estão representados os povos amazônicos, para eles não é a terra o principal, senão outros recursos, a recolecção , a caça, a pesca. Não necessariamente a relação é mulher-terra, ou mulher-natureza. A demanda de co-responsabilidade do outro gênero não deve deixar-se de lado. O risco é que se utilize a relação da mulher com a terra para recolocar a subordinação das mulheres. Temos que ter cuidado para não perder os avanços conseguidos (Graciela Zolezzi)”.*

*“A defesa da mãe terra é uma luta conjunta de mulheres e homens. À luta pelos direitos das mulheres não é dada a mesma importância que à luta pela proteção da mãe terra. A terra é muito importante, mas também nós somos importantes e devemos defender nossos direitos (...) Temos que trabalhar na espiritualidade de um jeito mais integral. Minha hipótese é que quanto mais te aproximamos à cultura ocidental, mais te afastas da relação com a terra. As mulheres devem politizar-se, ser agentes políticas para a transformação (...) Não se pode falar de um feminismo indígena, senão da luta das mulheres indígenas, que reconhecem o trabalho das feministas (Liliana Vargas)”.*

*“Para nós a mãe terra é sagrada, mas também nosso corpo. Estamos aqui para compartilhar, o que nos resta é nos unir. Existem diferentes maneiras de crer e viver, o que temos que fazer é nos respeitar. Não é só reprodução, é mais amplo. Lutam pela terra território e também pelo corpo território (Lourdes Huanca)”.*

*“Para nós feministas o cuidado da terra, o cuidado de tudo, tem que ser compartilhado com os homens, que também têm que cuidar da terra, dos filhos, do mundo. Isto oprime as mulheres, por isso a co-responsabilidade (Rogeria Peixinho)”.*

## Ronda de avaliação e sugestões

Explicam-se os motivos pelos quais se viu necessária a realização de um encontro no qual pensar o conceito de Buen Vivir entre os movimentos de mulheres: *“O Buen Vivir está colocado no cenário político e sentimos que há uma ausência das mulheres. E temos muitas coisas que aportar (Lilián Celiberti)”.*

A partir dali, surge um novo debate, no qual as participantes avaliaram o encontro entre mulheres feministas e as mulheres indígenas. A maioria resgata como positivo o intercâmbio entre estes dois movimentos de mulheres, opiniões sintetizadas nestas intervenções: *“Os movimentos feministas estão sendo perseguidos no*



*Equador. Por isso, é importante gerar estas alianças e adquirir conhecimentos para levar ao seu país. Pôr no tapete o debate nos ajuda a afrontar uma etapa de confusões e debilidades que existem no Equador. Além das mulheres como corpos políticos e o respeito à pachamama, é importante destacar a capacidade e potência de organizações e as alianças (Clara Merino)".*

*"Estamos apontando à desmistificação das feministas. Isto existe porque a ideologia patriarcal também as atravessa, não é fácil reconhecer-se como feminista, é um processo de reflexão ao qual esta reunião tem ajudado". (Liliana Vargas)*

*"Este é um bom espaço para dar ânimo, e também serve para continuar o processo de liberação que estamos procurando" (Maurilia López).*

*"Serviu-me para conhecer um pouco mais sobre o ponto de vista das feministas. É importante fazer alianças para continuar lutando pelas mulheres" (Elsa Capriel)".*

*"Isto é parte de um processo, desde que nos demos conta de que tudo o acumulado era bom, mas que faltavam outras visões (Virginia Vargas)".*

*"Creio que esta é uma parte do Buen Vivir, o de nos entender. Isto tem permitido conhecer às irmãs feministas. Esta relação deve continuar para buscar soluções às mulheres indígenas, especialmente a discriminação às mulheres (Melania Canales)".*

*"Este encontro é mais uma porta aberta, é algo muito grande poder compartilhar com colegas indígenas de outros lugares (Daniela Benítez)".*

*"É boa a diferença e aprender a respeitá-la. Se todas fôssemos iguais não estaríamos avançando. É boa a sensação de sentir que se é parte de um processo positivo (Gladys Campos)".*

*"É muito importante este passo e vamos continuar trabalhando juntas no futuro. No Brasil, vamos poder conhecer o sentir das indígenas brasileiras, que têm alguns aspectos diferentes aos das andinas, por exemplo, mas também muitas coisas em comum. É necessário compreender, o diálogo vai nos aproximar. Quando algumas mulheres indígenas dizem que não há machismo em suas*

*aldeias, se surpreende, não o entende. E é através do diálogo que vamos conseguir compreender porque se diz isso (Rogeria Peixinho)”.*

*“Antes todos éramos um grande povo, o Gran Chaco. Sinto-me unida pelo passado. Sempre tenho reivindicado que haja mais mulheres indígenas participando. As feministas têm aberto caminhos que estão facilitados para as mulheres indígenas. Todas as indígenas têm se encontrado com o patriarcado em suas próprias comunidades. Creio que esta prática que temos levado adiante nestes dias, de escuta e respeito, é a verdadeira democracia (Eva Gamboa)”.*

*“Sinto-me identificada com tudo o que tem sido dito. Com certeza existem questões perfectíveis, mas fazendo se aprende. Quero compartilhar duas coisas. Para as feministas foi muito difícil dar uma discussão à interna. Isto foi um aprendizado, dar-se conta de que precisam ter um espaço onde dialogar, onde discutir politicamente e aprender a se escutar e a se respeitar. É muito importante estabelecer um diálogo, e a convivência por mais curta que seja, permite abaixar os prejuízos que cada uma tem da outra, criar um clima de diálogo. E em algumas coisas concordaremos e em outras não. Impressiona e entusiasma a luta de procurar criar paradigmas que sejam mais justos, que permitam construir o mundo de forma mais justa (Cecilia Olea)”.*

*“Esta experiência serviu-me para aprender sobre o Buen Vivir. Talvez nós lutamos pelo mesmo, com outro nome (Rivane Arantes)”.*

## Participantes del encuentro

- ▶ Elsa Capriel, Movimiento de mujeres indígenas TZ´UNUNIJA, Guatemala.
- ▶ Virginia Vargas, Centro Flora Tristán, Perú.
- ▶ Juana Murúa, Movimiento de mujeres indígenas TZ´UNUNIJA, Guatemala.
- ▶ Maudilia López, Pastoral de la mujer-Movimiento de mujeres indígenas TZ´UNUNIJA, Guatemala.
- ▶ Ximena Machicao, Centro de Información y Desarrollo de la Mujer-AFM, Bolivia.
- ▶ Cecilia Olea, Centro Flora Tristán-AFM, Perú.
- ▶ Liliana Vargas, Coordinadora Nacional de Mujeres Indígenas de México, México.
- ▶ Laura Santa Cruz, Coordinadora de la Organización de Mujeres Artesanas, Paraguay.
- ▶ Daniela Benítez, Organización de Mujeres Artesanas, Paraguay.
- ▶ Bernarda Pessoa, Dirigente de Mujeres indígenas toba, Paraguay.
- ▶ Nidia Pessoa, Mujeres indígenas Toba, Paraguay.
- ▶ Melania Canales Poma, ONA-MIAP, Organización Nacional de Mujeres Indígenas y Amazónicas de Perú, Perú.
- ▶ Angélica Roa, CMP-AFM, Paraguay.
- ▶ Rosa Posa, Aireana-CMP-AFM, Paraguay.
- Eva Gamboa, Pueblo Wichí, Consejo Nacional de la Mujer Indígena, Argentina.
- ▶ Rogeria Peixinho, Articulación de Mujeres Brasileñas -AFM, Brasil.
- ▶ Rivane Arantes, SOS Corpo, Brasil.
- ▶ Cristina Román, CMP-AFM, Paraguay.
- ▶ Clara Merino, Movimiento Luna Creciente, Ecuador.
- ▶ Viviana Lima, CAOI, Bolivia.
- ▶ Diocelinda Iza, Movimiento Luna Creciente, Ecuador.
- ▶ Gladys Campos, FEMUCARI-NAP, Perú.
- ▶ Lourdes Huanca, FEMUCARI-NAP, Perú.
- ▶ Serrana Mesa, AFM, Uruguay.
- ▶ Lilián Celiberti, AFM, Uruguay.
- ▶ Graciela Zolezzi, Bolivia.
- ▶ Line Bareiro, AFM, Paraguay

